

RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.933 - PR (2016/0078199-2)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**
RECORRIDO : **CLAUDIO VILAS BOAS FURINI**
ADVOGADO : **JOÃO PAULO PENHA - PR062603**
RECORRIDO : **ALBERTO GANZERT NETO**
ADVOGADO : **MARÍLIA BEATRIZ CARVALHO LUCAS - PR064964**
RECORRIDO : **OSVALDO RIBEIRO**
ADVOGADO : **MÔNICA DA SILVA COSTA E OUTRO(S) - PR062605**
RECORRIDO : **ANTÔNIO ROGER DOS SANTO**
ADVOGADO : **ALLYSON BRUNO MARTINS PRESTES - PR061798**
RECORRIDO : **LAÉRCIO ADEMIR DOS SANTOS**
ADVOGADO : **LAÉRCIO ADEMIR DOS SANTOS (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR006576**
RECORRIDO : **DOMANSKI INSTALAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS S/C LTDA**
RECORRIDO : **SILVESTRE DOMANSKI**
RECORRIDO : **MAETE COM DE MATERIAIS MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA**
RECORRIDO : **LINDAMIR CARDOSO DOMANSKI**
ADVOGADO : **NELSON BELTZAC JUNIOR - PR013083**
INTERES. : **UNIÃO**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com respaldo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ fls. 2.262/2.264):

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. MÁFIA DAS AMBULÂNCIAS. PREFEITURA. SENTENÇA. MOTIVAÇÃO. SUFICIENTE. AGRAVO RETIDO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. REVELIA. EFEITOS. PRESCRIÇÃO DAS SANÇÕES DA LEI 8.429/92. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. IMPRESCRITÍVEL. LICITAÇÃO FRAUDULENTA. CARTA CONVITE. EMPRESAS INTEGRANTES DO MESMO GRUPO FAMILIAR. AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE. DANO AO ERÁRIO. AQUISIÇÃO DE BEM INSERVÍVEL. DANO IN RE IPSA. CARACTERIZADO. PREFEITO MUNICIPAL. RESPONSABILIDADE.t

1. Ainda que a sentença tenha sido sucinta, não verifico a ocorrência de fundamentação deficiente capaz de violar o art. 93, IX, da CF.
2. Agravo retido conhecido, porquanto requerida expressamente a sua apreciação nas razões de apelação, em conformidade com o disposto no artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

3. Trata-se de questão estritamente documental, não sendo passível de demonstração por meio de prova testemunhal ou pericial. Não há falar, por isso, em cerceamento de defesa.
4. Hipótese em que a revelia restou decretada apenas quando não haviam mais atos citatórios a serem cumpridos, tendo o réu vindo aos autos para reconhecer expressamente a hipótese decretada sem manifestar qualquer inconformismo, logo, não há nulidade a ser declarada aqui.
5. Caso em que houve o reconhecimento da prescrição para aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/92, exceto no que tange à pretensão ressarcitória, consoante o disposto no artigo 37, §5º, que evidencia a imprescritibilidade da pretensão do Poder Público.
6. As condutas descritas nos autos, atinentes à atuação do "Grupo Domanski" não são desconhecidas nesta Corte, tendo em vista que referido grupo atuava em conluio com o "Grupo Planam", da família Vedoin, para fraudar licitações em todo o país, consoante descoberto na Operação Sanguessuga, deflagrada pela Polícia Federal.
7. Há seguro material probante no sentido de que: (a) desrespeitadas formalidades inerentes ao processo licitatório; (b) houve confusão patrimonial e societária entre as pessoas jurídicas envolvidas no certame administrativo (Carta Convite), sem que qualquer justificativa a respeito tenha sido apresentada pelo Chefe do Poder Executivo ou pela Comissão licitatória; (c) houve prejuízo ao erário na aquisição do bem móvel licitado.
8. O fato das três empresas habilitadas na licitação pertencerem à mesma família prejudica o caráter competitivo da licitação, pois reduz significativamente o conflito de interesses. Ainda que a participação de empresas do mesmo grupo familiar não represente, a princípio, qualquer ilicitude no procedimento licitatório, não se pode ignorar que há provas do conluio, por conta não só da generalidade das propostas encaminhadas, mas principalmente pelo fato de que o bem entregue pela vencedora MAETÊ ser de propriedade da licitante concorrente MARTIER, o que evidencia a confusão patrimonial entre as empresas de fachada, bem como o direcionamento do certame, estando claramente demonstrado o dolo e a intenção de frustrar os objetivos da licitação (obtenção da melhor proposta).
9. O caso reveste-se de características semelhantes aos esquemas fraudulentos de licitações adotados em vários municípios brasileiros, existindo, portanto, elementos suficientes para demonstrar a presença do dolo nas condutas das empresas licitantes, que de forma livre e espontânea apresentaram propostas simuladas, direcionando a escolha do vencedor do certame, anuindo com as condutas impugnadas e desconsiderando os princípios da legalidade, da isonomia e da impessoalidade.
10. Ainda que não evidenciado documentalmente o superfaturamento do preço, o fato da licitação ter sido destinada à aquisição de bem inservível para a municipalidade, o qual não chegou a ser utilizado (ou, embora sem provas, supostamente foi utilizado por pouquíssimo tempo, entre os anos de 1999/2000), tenho por demonstrado o prejuízo em valor equivalente ao preço da aquisição. Outrossim, mesmo que assim não se entenda, a jurisprudência do STJ admite no caso a adoção da teoria do dano in re ipsa, porquanto o direcionamento do certame, mediante o convite destinado a empresas pertencentes ao mesmo grupo familiar e reconhecidamente envolvidas em fraudes a licitações, torna desnecessária a prova do prejuízo, eis que impediu a administração de contratar a melhor proposta.
11. Afastada a responsabilidade do assessor jurídico do Município, levando em conta a informação prestada de que os documentos não estavam assinados quando da remessa das cópias. Tudo indica que se tratava de procedimento simulado, não tendo sido comprovado que o assessor jurídico tivesse tomado conhecimento das irregularidades e anuído com o atuar ilícito da administração municipal.

12. A responsabilidade pela condução da Administração Pública municipal é do Chefe do Poder Executivo, não tendo agido com o zelo necessário, deve, assim, o Ex-Prefeito responder pelo ressarcimento do prejuízo ao erário.

13. Responsabilidade dos sócios e empresas integrantes do esquema fraudulento mantida.

14. Condenação solidária ao ressarcimento integral do dano decorrente da aquisição do objeto licitado em valor equivalente ao despendido pelo Poder Público, considerando a peculiaridade do caso e a ausência de enriquecimento ilícito da administração, quando o objeto licitado era inservível para a municipalidade.

Nas suas razões, o MPF, ao argumento de violação do art. 333 do CPC/1973 e dos arts. 10, *caput* e incisos VIII e XI, e 11, inciso II, da Lei 8.429/1992, insurge-se contra a absolvição do réu Laércio Ademir dos Santos.

Contrarrazões.

Manifestação do MPF pelo provimento do recurso. (e-STJ fls. 2.369/2.372).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2 do STJ).

Considerado isso, observo que a pretensão recursal ministerial destina-se à condenação do réu Laércio Ademir dos Santos pela prática dos atos de improbidade administrativa contidas nos arts. 10, *caput* e incisos VIII e XI, e 11, inciso II, da Lei 8.429/1992.

Ocorre que, analisando a responsabilidade do referido recorrido, a Corte de origem asseverou o que segue (e-STJ fls. 2.259/2.260):

- RESPONSABILIDADES:

- Laércio Ademir dos Santos, assessor jurídico do Município de Tomazina/PR à época dos fatos:

A condenação do assessor jurídico Laércio Ademir dos Santos pauta-se no fato dele ter sido o responsável pela autorização de licitação genérica, bem como ter atestado que o processo encontrava-se técnico e juridicamente perfeito, em data anterior ao próprio julgamento das propostas, em que pese as sérias irregularidades constatadas.

Ocorre que o parecer jurídico questionado nestes autos, datado de 30/10/1998, anexo ao Evento 1 - OFIC25, fl. 8, não está assinado, nem mesmo consta o nome do assessor jurídico responsável pela sua elaboração, do mesmo modo o encaminhamento da minuta de licitação também não conta com a assinatura do assessor (Evento 1 - OFIC25, fl. 5).

Embora reconheça que os documentos do Evento 1 - OFIC5 de autoria da assessoria jurídica do Município estejam assinados, não há como afastar a

Superior Tribunal de Justiça

informação prestada pelo Município (Evento 1 - OFIC20, fl. 5), dando conta que os pareceres jurídicos do aludido processo não estavam assinados quando da remessa das cópias. No mais, a assinatura aposta aos documentos do Evento 1 - OFIC5 pode não ser de autoria do réu, até mesmo porque, ainda que similar, há certas incompatibilidades com as assinaturas veiculadas nas manifestações do réu nos autos.

Ao que parece trata-se de procedimento simulado, não tendo sido comprovado que o assessor jurídico tivesse tomado conhecimento das irregularidades e anuído com o atuar ilícito da administração municipal.

Como se vê, o Tribunal *a quo*, soberano no exame do material cognitivo produzido nos autos, assentou categoricamente que não ficou demonstrada a responsabilidade do recorrido pela prática da conduta ímproba.

Desse modo, forçoso convir que a Corte de origem decidiu a questão ora ventilada à luz do suporte fático-probatório, cuja revisão esbarra no óbice estampado na Súmula 7 do STJ. Com efeito, a desconstituição dessas posições, na forma pretendida pelo recorrente, demandaria, indubitavelmente, o reexame de provas, o que é inviável na via do recurso especial.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator